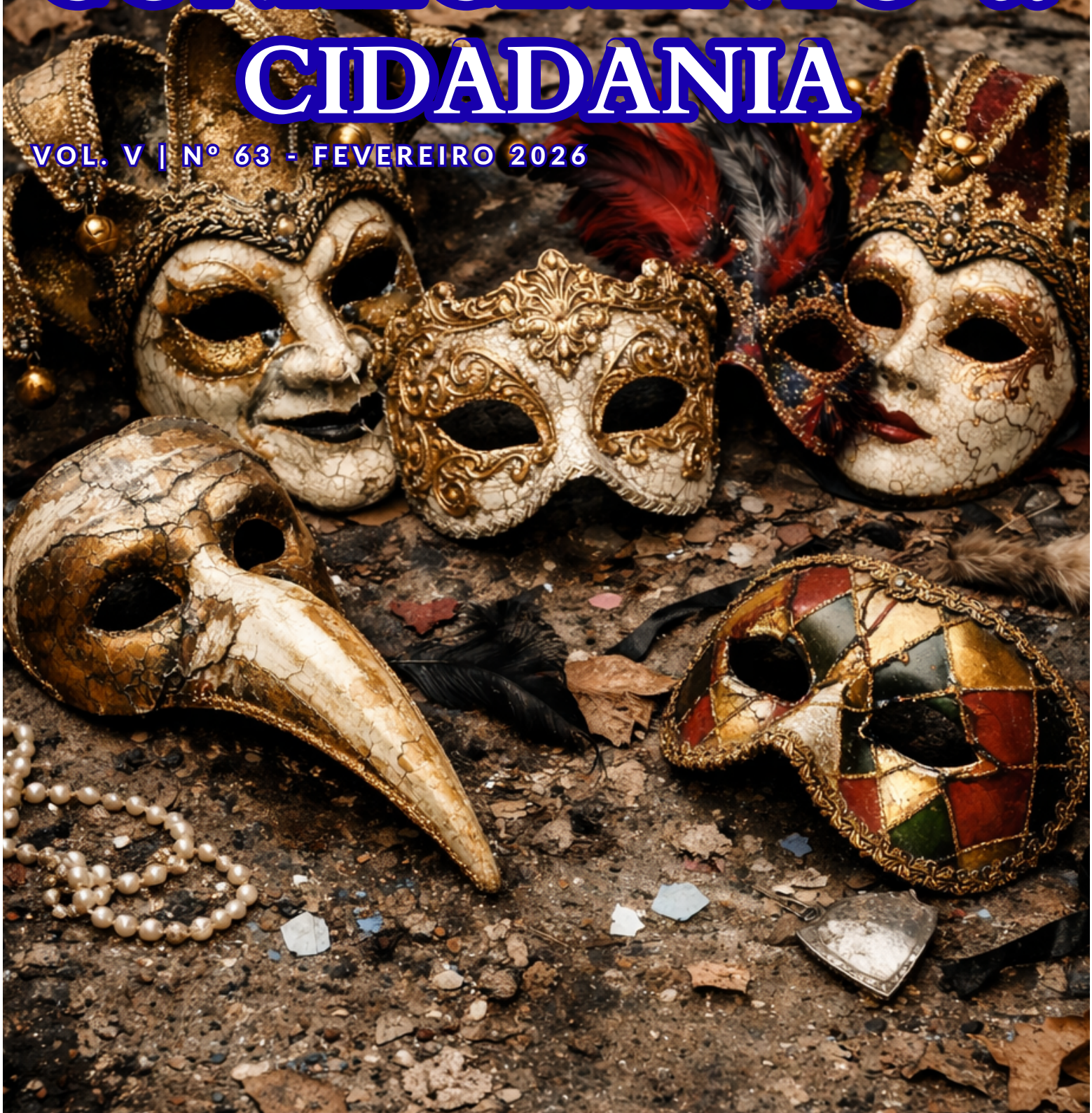


R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | Nº 63 - FEVEREIRO 2026



**UM BAILE SEM
MASCARAS**

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Edson Araujo
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. V – Nº 63
Fevereiro de 2026
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

Um baile sem máscaras



“Sonhar não custa nada
E o meu sonho é tão real
Mergulhei nessa magia
Era tudo o que eu queria
Para esse carnaval
Deixe a sua mente vagar
Não custa nada sonhar
Viajar nos braços do infinito
Onde tudo é mais bonito
Nesse mundo de ilusão
Transformar o sonho em realidade
E sonhar com a mocidade
É sonhar com o pé no chão”

No desfile de 1992, o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Mocidade Unida de Padre Miguel passava pela Avenida Marquês de Sapucaí exibindo seu samba enredo “sonhar não custa nada”. Uma letra romântica que convidava a plateia a mergulhar no mundo dos sonhos no qual tudo é mais bonito e

perfeito, uma ilusão que está ao alcance de todos. A letra da música alegava que sonhar não custava e, em um trecho adiante, chega a afirmar que não se paga para sonhar, entretanto, há uma linguagem lúdica que fala em transformar o sonho em realidade, que, por óbvio, se refere a fazer dos sonhos algo que se pretende alcançar ou tornar um amor dos sonhos como verdadeiro.

A letra não propunha que a realidade fosse perfeita e que, de fato, as pessoas deveriam viver sonhando acordadas, a linguagem não é uma proposta de vida ou de sociedade, mas um convite a deixar os problemas de lado para, ao menos um momento, se entregar ao sonho perfeito, bem como, fazer da realidade um lugar melhor ao se despir das vicissitudes humanas.

A arte é expressão da realidade, ainda que pelos olhos falhos de seus criadores e intérpretes, diante de nossa inegável compreensão divina da existência, livros, músicas, danças, filmes, quadros e todas as expressões artísticas querem dizer algo, mesmo que seja nefasto, pois nem tudo que se exprime é belo e justo, haja vista que, artífices do mal propagam suas agendas como qualquer um.

Convidar os indivíduos para que vivam em um sonho pode ser algo lindo no campo da arte, pois como afirma a letra do samba enredo, ao deixar a mente vagar por um mundo imaginário, é se permitir a viver em um mundo mais bonito, entretanto, tal convite não pode ser uma oferta literal, pois a realidade é inquebrável e não curvar-se-á aos anseios do sonhador.

Quando a ilusão se propõe a aguçar o imaginário ou permitir que o indivíduo se abstraia da realidade em um momento de relaxamento, ou seja, a arte chama aquele que a contempla a uma reflexão sobre hipóteses ou valores, buscando, através da imaginação, antever dramas e tragédias, bem como, realizar uma jornada em busca de amadurecimento, sua intenção é provocar a mente para do destinatário para que olhe na direção daquilo que o artista considera valioso.

Resta evidente que alguém de caráter produzirá algo diretamente oposto àqueles com deformidades morais, bem como, um degenerado introduzirá uma mensagem pútrida em suas obras. Não é obra do acaso que, cada vez mais, indivíduos degradados, que ascenderam nos ramos das artes, não por mérito, mas por convenção dos que controlam os meios, constroem obras desprovidas de virtudes ou reflexões dignas, ao passo que corroem as que outrora continham mensagens em seu corpo.

Um bom exemplo de obra literária que nos leva a um universo hipotético e, por conseguinte, ao vislumbre de uma ameaça autoritária é o livro 1984, de George Orwell, que, em sua realidade alternativa, permite que o leitor contemple a hipótese de um sistema autoritário sem se colocar em risco real. O autor convida aquele que se depara com a obra a experimentar, não um sonho, mas um pesadelo totalitário para alertá-lo sobre o risco iminente assumido quando se dá mais poder a qualquer regime, uma advertência que parece ter sido abertamente ignorada por muitos.

O próprio Reino Unido, que outrora controlava a terra natal do autor, sofre as consequências por ter conferido excessivos poderes aos seus governantes, transformando o pesadelo orwelliano cada vez mais em uma triste realidade. Inúmeras são as obras que, como o livro de Orwell, nos levam a hipóteses

que nos alertam quanto ao dever de espiar o mal e dele se proteger. Filmes como *Matrix*, *Exterminador do Futuro* e até o carismático *Wall-e*, entre outros, podem ser mencionados.

Por outro prisma, a *Odisseia*, obra de Homero, não tem como objetivo levar o leitor a uma realidade alternativa em que algo deve ser observado, uma vez que, o convite feito pelo autor da obra é para que acompanhem a jornada do herói Ulisses, ou Odisseu, em seu retorno da Guerra de Tróia para seu reino em Itaca, expondo uma narrativa de superação e virtudes. O herói enfrenta diversos obstáculos, mas não desiste de voltar a sua terra e sua amada Penélope, servindo como um exemplo inspirador, não como um mal que deva ser evitado.

As coleções *O Senhor dos Anéis* e as *Crônicas de Nárnia*, também apresentam protagonistas virtuosos que inspiram seus leitores, mesmo aqueles que, em determinado momento apresentavam fraqueza moral, como Edmundo e Eustáquio, amadurecem e se tornam heroicos durante suas respectivas jornadas.

A *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, expõe o risco para aqueles que abraçam os seus vícios e decaem em desgraça eterna, um alerta contra o mal que consome o indivíduo, não contra uma força externa que o coage. Não são raros, na literatura, que o autor nos leve a refletir acerca do mal que nos habita ou que pode germinar em nossos corações, de maneira que, a finalidade é nos alertar para a corrupção inerente aos desejos humanos.

As jornadas destrutivas levam o indivíduo ao caos e, dependendo da vontade do autor, ao seu final, restará a ruína ou a chance de redenção. A queda de uma figura em uma obra de arte serve para que aquele que a contempla possa ver com pessoas se destroem e não seguir pelo mesmo caminho, bem como, a redenção, nos mostra como a esperança não nos abandona quando guardamos a fé e que atos podem redimir homens que se julgavam condenados.

No filme *O Poderoso Chefão* (*The Godfather*), Michael Corleone se arruína conforme se torna poderoso, se tornando cada vez menos humano e eliminando quem quer que cruze sua trajetória, o chefe da máfia acaba morrendo sozinho, se recordando de um amor que teve quando em terras italianas, além de ter enterrado a própria filha, vítima de um disparo direcionado ao protagonista. Michael se torna um verdadeiro senhor da máfia, mas tem o sangue de sua amada filha escorrendo em seus braços como castigo por todo o mal que causara. O poderoso Dom acaba sendo destruído por sua natureza e pagando um alto preço pelo poder que conquistara.

O icônico vilão Anakin Skywalker, mais conhecido como Darth Vader, teve sua trajetória descendente contada na trilogia da saga *Guerra nas Estrelas* (*Star Wars*), compreendida entre os episódios um a três, que não foi lançada como parte inicial. Anakin é corrompido, não por ambicionar o poder por si, mas por deixar que seus sentimentos aflorassem de forma descontrolada, vingando excessivamente a morte de sua mãe e buscando o poder para que sua amada pudesse vencer a inevitável morte.

Em sua tentativa de resistir à perda, que na verdade seria dobrar a realidade ao seu desejo, Anakin se associa ao chanceler que posteriormente se revelaria como uma figura maligna e assumiria o posto de imperador. Sucumbindo ao mal, Anakin se transforma de tal forma que é rebatizado como Darth Vader, simbolizando o rompimento em relação a sua antiga natureza.

Darth Vader, que perdeu membros durante uma batalha contra seu antigo mentor, não apenas fisicamente, se torna menos humano, incutindo o terror tão somente com sua presença. O temido discípulo do Imperador não se importa em ceifar qualquer vida em seu caminho, mesmo um planeta pode ser dizimado para satisfazer os planos do Império. Contudo, ao tentar corromper seu filho Luke Skywalker para o lado sombrio da força, Darth Vader acaba reavivando o Anakin que dentro dele habitava, alcançando, na segunda trilogia da saga, sua redenção. Uma vez que, recusando-se a matar o próprio filho, Anakin se volta contra o Imperador, que simboliza enfrentar o mal, e o destrói.

Luke Skywalker, virtuoso como deve ser um herói tão grande que é capaz de redimir um dos mais frios tiranos, se volta para Anakin derrotado, o chama de pai e afirma que o salvará, quando Anakin, que venceu o Imperador e, principalmente, Darth Vader, encara o filho e afirma que Luke já tinha o salvo. Anakin venceu a besta sem alma que vestia uma longa e temida capa preta, um monstro que o consumia e, graças a seu filho, Anakin estava salvo.

A arte também pode ter uma finalidade mais simples, a mera distração, que nos leva a desfrutar de momentos sem profundidade ou grandes ensinamentos, criando um estado de leveza no qual as preocupações, ainda que momentaneamente, se dissipam como o ar, efeito que carinhosamente chamamos de “desligar o cérebro”. O melhor exemplo entre filmes são aquelas comédias despretensiosas que não querem tratar de temas complexos ou mensagens sócio-políticas, simplesmente nos querem fazer rir.

As obras que nada fazem além de trazer alegria têm seu valor quando o homem, sendo um ser racional, precisa mergulhar em sonhos belos que não dependem de explicação, que o fazem se sentir bem mesmo sem maior complexidade e sem nenhum interesse, para que sua exposição e desgaste sejam atenuados.

Por outro lado, não há como negar que existe a arte danosa, aquela que, degrada, tem como única finalidade fazer com que seu destinatário consuma algo que não o faria sem um incentivo ou simplesmente corrompe.

A degradação está presente quando a arte subverte valores, quando inverte a posição de virtudes e vícios, transformando aquilo que é verdadeiro em relativo e incutindo mensagens distorcidas que o autor acreditando, ou não, deseja que seus destinatários assimilem. A apresentação de figuras criminosas como exemplares, de ações criminosas como justificáveis e de posturas injustas como aceitáveis, sem um contraponto digno, excetuando os casos nos quais a obra se presta a um retrato frio de situações cotidianas, são usadas para convencer o público que o mal não existe ou que pode e deve ser tolerado.

As inserções de personagem que espelham visões distorcidas de determinados grupos, rotulado todo vilão com as mesmas características, ao passo que negam quaisquer defeitos quando se tratam de membros de suas facções, criaram arquétipos bizarros como os da família tradicional que sempre esconde um segredo maligno e do homossexual que não pode ter defeitos. Não por acaso, um dos integrantes do elenco do filme *O Silêncio dos Inocentes* (*The Silence of the Lambs*) se desculpou por ter interpretado um vilão com características transformistas, pois aquela figura poderia causar uma má impressão em relação às pessoas da comunidade trans.

O ator que deu vida ao vilão Búfalo Bill, Ted Levine, pediu desculpas por entender que a figura que interpretara no filme poderia reforçar o preconceito com pessoas da comunidade trans, algo que nos leva dois questionamentos simples, pois seria reforçar estereótipos interpretar homens brancos como tiranos, ou mesmo, ao ignorar que há psicopatas em quaisquer grupos, uma forma de desumanizar os membros da comunidade trans, uma vez que se nega que tenham falhas humanas?

O ator praticamente afirma que a maldade não deveria estar ligada diretamente a um grupo, mas não leva em consideração que ao, deliberadamente, subtraí-la de tal grupo, estaria fazendo com que tais pessoas fossem menos humanas. Na prática, em demonstração de submissão a grupos ideológicos e suas pautas, o ator faz parecer, de forma totalmente hipócrita, que os membros de uma determinada minoria são inalcançados pelo mal, ou seja, são totalmente feitos de virtudes, esquecendo que há relatos de ataques a inocentes perpetrados por integrantes de tal minoria, ou seja, Búfalo Bill seria uma figura factual e, talvez, até subnotificada.

Atualmente, devido a forte inclinação dos que controlam tal meio, as grandes produções artísticas tem se enviesado de mensagens que adulam déspotas ou incentivam a degradação moral, algumas obras tentam transformar a arte em mera exposição de uma pauta política sem a menor sutileza e, vergonhosamente, fingindo esconder sua clara intenção. Não são raros os momentos em que artistas negam servir uma agenda, ou negam sua existência, para, descaradamente, erguer o estandarte da mesma ideologia que a move.

Em algumas apresentações, os autores simplesmente abandonam qualquer tentativa de contar algo para propagandear sua agenda política, como o caso do desfile do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Acadêmicos de Niterói, que trinta e quatro anos passados do desfile que dizia que “não se paga para sonhar”, trouxe um enredo que deixou qualquer tentativa de arte ou sutileza dentro de alguma lata fechada e apresentou na mesma Avenida Marquês de Sapucaí um desfile que se resumiu à uma propaganda política de um espectro político e uma frustrada tentativa de escarnecer aqueles que não se entregaram a degradação moral e decidiram guardar sua fé e constituir família.

A patética apresentação da agremiação, que pretendia parecer um deleite para os mais alucinados integrantes do espectro revolucionário, acabou revelando o asco que os degenerados, também chamados de lumpemproletários, sentem daqueles que não sucumbiram ao seu estilo doentio de vida. O desfile

realizado em meio a um dos maiores eventos do mundo, em meio à capital fluminense e exposto para o mundo, se tornou uma forma de bajulação vergonhosa e de ofensas gratuitas aos que não comungam da ideologia nefasta da pouco conhecida escola de samba niteroiense.

A máscara da esquerda foi retirada em meio ao Sambódromo do Rio de Janeiro, um palco construído pelo nada saudoso esquerdista Leonel de Moura Brizola quando governante. Sem o menor pudor, o desfile deixou evidente o quão a esquerda odeia a família tradicional e o cristianismo, dois obstáculos que precisam ser destruídos em sua trajetória ao poder, em que pese tal intenção seja negada para que não haja uma reação.

Assim como negaram a existência do Foro de São Paulo e negam a agenda “woke” (que trataremos com mais detalhes no futuro próximo), os revolucionários tendem a negar suas reais intenções, pois, sabendo que são abjetas e causam repulsa à maioria, precisam avançar pelas sombras até que seja tarde demais para pará-las.

O desfile da Acadêmicos de Niterói, que não tinha a menor pretensão de vencer o evento e, talvez, não se importe com o rebaixamento, pois sua única finalidade era fazer proselitismo político em um ano eleitoral de grande importância, foi a exposição do monstro sem sua bela máscara, uma vez que, a besta acredita que seu sonho já se tornou realidade e não precisa mais mentir para conseguir aquilo que deseja ou, em um estado de decadência moral avançado, não consegue mais disfarçar sua natureza ímpia.

Assim como a produção de filme com o único intuito de atacar Donald Trump ou a série de super-heróis que buscou ligar seu principal vilão ao político republicano, mas acabou fazendo com que as pessoas se divertissem com a patética tentativa, não podemos nos esquecer do caso em que o jogo de videogame Fortnite, que chegou a criar um ambiente para enaltecer a candidata Kamala Harris, desarmando personagens em um jogo de combate armado, o que gerou, ironicamente, “um tiro no pé”, o desfile pode ter o efeito contrário, não por ser interpretado de forma errada, mas por expor a verdadeira face da esquerda revolucionária e seu escondido ódio aos que chama, corretamente, de cidadãos de bem.

Outro ponto interessante foi a presença do Prefeito do Rio de Janeiro, e aliado do homenageado ou do filho da homenageada, como a agremiação preferiu dizer após o desastre, uma vez que o Chefe do Executivo carioca foi flagrantemente apoiado por líderes evangélicos durante o pleito no qual fora reeleito, mas não se fez de rogado em participar do flagrante vilipêndio à crença que tais pastores deveriam defender, afinal, dizem que a professam, em que pese, a associação entre cristãos e os revolucionários deveria ser inimaginável.

A exposição da face real dos revolucionários em meio ao público na Avenida Marquês de Sapucaí durante o carnaval carioca pode ter causado choque a alguns, mas deveria ser um alerta, que a arte nos dá, para que evitemos que os seres reais, aqueles que fizeram que o desfile ocorresse e, principalmente, os que ali eram adulados, não aumentem seu poder a um ponto que possam colocar em prática suas

verdadeiras intenções e tentem destruir aqueles que odeiam e representaram como as figuras abjetas enlatadas.

Enquanto tentamos abrir os olhos dos incautos para que o mal, que sequer faz questão de se esconder, não devore a todos, o poder impõe ainda mais miséria em forma de expropriação.

Ainda podemos sonhar, pois, apesar de terem se passado mais de três décadas, como cantado naquela mesma avenida, “sonhar não custa nada”, ao menos até que criem uma taxa para o nosso sonho.

Um chamado à reflexão



Quando aceitamos a missão de escrever para um público, algo em nós muda. Nosso olhar, antes disperso, passa a orbitar essa responsabilidade. Cada conversa, cada notícia, cada gesto cotidiano se transforma em matéria-prima. Desde o primeiro dia após a entrega do artigo anterior, já estamos pensando no próximo — buscando uma reflexão atual, honesta e necessária sobre a sociedade.

Dito isso, preciso admitir: este artigo nasce do esforço de digerir situações da sociedade brasileira que, à primeira vista, parecem indigeríveis. É, sem sombra de dúvidas, o texto mais difícil que escrevi até agora. Talvez porque toque em dois temas que se entrelaçam de forma dolorosa e profunda: o poder da maldade humana — assunto que já abordei quando tratei do narcisismo presente na sociedade e, infelizmente, também dentro da igreja — e o bem mais valioso que uma sociedade pode ter: a família.

Madrugada de 12 de fevereiro.

Itumbiara ainda dormia quando uma tragédia começou a se desenrolar dentro da casa do secretário de Governo, Thales Naves Alves Machado. No silêncio da noite, ele atirou contra os próprios filhos. Miguel, o mais velho, morreu na hora. Benício, de oito anos, ainda resistiu até o dia seguinte, mas não sobreviveu.

A notícia abalou o município. Thales era figura conhecida na administração e genro do prefeito Dione Araújo. A Prefeitura decretou luto oficial e suspendeu o expediente. Enquanto isso, a polícia tentava entender o que havia acontecido dentro daquele lar.

Horas antes do crime, uma carta foi publicada no perfil de Thales — depois apagada — mencionando crise conjugal, possível traição e pedidos de perdão. Pessoas próximas confirmaram a autenticidade do texto. Para muitos, parecia um desabafo; para outros, um prenúncio.

O caso ganhou repercussão estadual. Autoridades se manifestaram, destacando o impacto de uma violência que rompe o espaço mais íntimo e sagrado: a família.

O detalhe mais perturbador veio das redes sociais. Dias antes, Thales publicara um vídeo afirmando que **“a família é o mais importante da vida”**. Um dia antes da tragédia, postou uma imagem ao lado da esposa e dos filhos — uma cena idealizada que contrastava com o desfecho brutal.

Quando o dia amanheceu, o caso já não pertencia mais apenas à cidade de Itumbiara. Em poucas horas, havia atravessado o estado e se espalhado pelo país. O que começou como uma tragédia familiar transformou-se em pauta nacional, combustível para debates, análises, julgamentos e teorias que se multiplicavam em velocidade de avalanche.

Nas redes sociais - esse grande tribunal sem rosto - a tragédia virou combustível para um turbilhão de opiniões. Em poucos minutos, a internet se transformou em um tribunal caótico, onde cada um parecia ter uma explicação, um culpado, uma teoria definitiva.

Psicólogos, terapeutas, influenciadores, comentaristas de plantão e perfis anônimos se revezavam para tentar decifrar o que havia acontecido. Cada um com sua versão, sua leitura, sua sentença.

E foi aí que a tragédia ganhou novas camadas. Não bastava a dor real, concreta, irreversível. Agora surgia também a dor fabricada, opinada, distorcida.

Cada frase era uma facada simbólica, um reflexo da incapacidade coletiva de lidar com o horror.

De um lado, surgiram vozes que tentavam justificar o injustificável:

“Ele não aceitava a separação.”

“Eu entendo... não suportaria ver meus filhos criados por outro homem.”

Outros apontavam a mãe como responsável:

“Ela traiu.”

“Inventou essa história de separação depois.”

“A culpa é dela.”

Havia também quem enxergasse o oposto:

“Imagina o que essa mulher viveu com ele.”

“Mais um narcisista que não aceita perder.”

“Ele quis atingir a mãe pelos filhos.”

E, no meio desse duelo de narrativas, surgiam comentários que tentavam resgatar o óbvio: *“Nada justifica assassinato.”*

A polarização era tanta que a tragédia deixou de ser apenas um fato e se transformou em espelho — refletindo medos, preconceitos, frustrações e crenças de uma sociedade que tenta explicar o inexplicável enquanto se perde em julgamentos apressados. O que se via ali não era só o crime, mas o retrato de um país buscando lógica onde não há lógica e justificativas onde só existe devastação.

E, no meio desse turbilhão, uma verdade permanecia intacta: duas crianças perderam a vida, e nada — absolutamente nada — justifica isso.

O caso deixou de ser apenas sobre um pai, dois filhos e uma madrugada.

Passou a ser sobre nós: sobre como interpretamos a dor alheia, como julgamos sem saber, como projetamos nossas próprias feridas, medos e crenças em histórias que não nos pertencem.

Por que falar sobre Thales?

Falar sobre Thales não é reviver a tragédia pelo choque, nem transformar um crime em entretenimento. É necessário porque o caso expõe, de forma brutal, falhas que preferimos ignorar: a distorção da ideia de família, a incapacidade emocional de muitos homens diante da perda de controle, o narcisismo que se disfarça de amor e a violência disfarçada de amor.

É necessário falar sobre Thales porque ele não é um ponto isolado no mapa da violência familiar brasileira — é um sintoma. Um sintoma de relações adoecidas, de estruturas sociais que ainda romantizam o controle, a posse e o poder. Um sintoma de uma sociedade que, diante do horror, tenta justificar o injustificável, encontrar lógica onde só existe devastação.

É necessário falar sobre Thales porque, quando um pai tira a vida dos próprios filhos, algo muito profundo está errado — não apenas naquela casa, mas no tecido social que deveria proteger essas crianças. Ignorar isso seria fechar os olhos para uma ferida que continua aberta em milhares de lares.

E, acima de tudo, é necessário falar sobre Thales porque duas crianças morreram. E quando crianças morrem pelas mãos de quem deveria protegê-las, o silêncio nunca pode ser uma opção.

Falar sobre Thales é olhar para a dimensão humana da queda, da ruptura, da incapacidade de lidar com o próprio abismo interior. Não para julgá-lo, mas para reconhecer que o mal, quando não confrontado, pode se manifestar dentro de lares que, por fora, parecem estáveis. A teologia sempre tratou da tensão entre luz e sombra, entre graça e desordem — e Thales se torna um ponto de partida para discutir essa tensão.

Por que falar sobre Sara?

Falar sobre Sara não é entrar em especulações, nem validar rumores, nem discutir aquilo que não foi confirmado. É necessário porque, dentro de uma análise teológica da família, ela representa a figura da mãe que teve seu bem mais precioso arrancado: seus filhos. E essa realidade, por si só, já a coloca no centro de uma dor que merece ser reconhecida com respeito e sobriedade.

A repercussão pública transformou Sara em alvo de interpretações que não nasceram dos fatos, mas das expectativas sociais sobre o papel da mulher no lar. Em poucas horas, ela deixou de ser vista como alguém que perdeu tudo para se tornar objeto de julgamentos que não condizem com a gravidade da situação. E é justamente por isso que precisamos falar sobre ela — não para defendê-la de acusações que não nos cabem, mas para reconhecer sua humanidade diante da perda.

Na perspectiva teológica, Sara representa a sobrevivente.

Aquela que permanece viva após o irremediável.

Aquela que enfrenta não apenas o luto, mas também o peso das narrativas alheias.

Aquela que, mesmo sem ter cometido violência alguma, carrega as consequências de um ato que destruiu sua família.

Ignorá-la seria ignorar a dimensão humana da tragédia.

Seria ignorar que, no centro de tudo, há uma mulher que viu sua vida ruir sem ter escolhido isso.

Falar sobre Sara, portanto, não é tomar partido.

É reconhecer que, em qualquer reflexão séria sobre família, fé e responsabilidade, a dor de uma mãe não pode ser silenciada.

Por que falar sobre Miguel e Benício?

É necessário falar sobre Miguel e Benício porque, em qualquer reflexão teológica sobre família, eles representam o centro moral e espiritual da narrativa. São eles que revelam, com maior clareza, o valor da vida, a vulnerabilidade da infância e a responsabilidade sagrada que recai sobre os adultos.

Na tradição cristã, as crianças ocupam um lugar privilegiado. Elas simbolizam pureza, promessa, futuro e dependência — elementos que, teologicamente, apontam para a própria natureza do Reino de Deus. Quando duas crianças perdem a vida, não estamos diante apenas de uma tragédia familiar, mas de um rompimento profundo naquilo que a fé considera mais precioso: a proteção dos inocentes.

Falar sobre Miguel e Benício é reconhecer a dignidade de suas vidas, que não podem ser reduzidas a números ou manchetes. Também é um chamado a responsabilidade espiritual da sociedade, chamada a proteger seus pequenos. Além de nos apresentar a dimensão teológica da perda, que nos obriga a refletir sobre o mal, a fragilidade humana e a necessidade de restauração

Eles são o ponto de partida para qualquer análise que pretenda ir além do fato em si. São o lembrete de que a família não é apenas uma instituição social, mas um espaço espiritual onde vidas são formadas, nutridas e protegidas.

Ignorar Miguel e Benício seria ignorar o coração da reflexão.

Falar sobre eles é afirmar que suas vidas importam — não como símbolos, mas como pessoas reais, cuja existência nos convoca a pensar sobre responsabilidade, cuidado, amor e a urgência de reconstruir aquilo que foi quebrado.

Falar sobre os quatro não é revisitar a tragédia pelo choque, mas compreender o que ela revela sobre a condição humana, sobre a fragilidade das relações, sobre a distorção do amor, sobre a responsabilidade espiritual da família e sobre a necessidade de cura.

Eles não são apenas nomes de um caso.

São espelhos — cada um à sua maneira — de questões profundas que atravessam a sociedade e a fé.

E é justamente por isso que precisam ser mencionados, porque a teologia não se ocupa apenas do sagrado idealizado, mas também do sagrado ferido, do humano quebrado, do mundo real que clama por sentido.

Fazer essa análise não é simples. Como mãe de um filho de 12 anos e de outro de 2, é impossível não sentir um peso diferente ao olhar para essa tragédia. A maternidade nos dá uma sensibilidade que não se desliga; ela molda a forma como enxergamos o mundo, a família e, sobretudo, a vulnerabilidade das crianças.

Ao refletir sobre esse caso, um temor silencioso me acompanha — não um medo paralisante, mas a consciência de que a mente humana é frágil, suscetível, e que nem sempre conseguimos compreender os abismos que alguém pode enfrentar. Essa percepção não nasce de desconfiança, mas de humildade diante da complexidade da condição humana.

Quando falamos de família, falamos também de responsabilidade espiritual, emocional e moral. E, como mãe, é impossível não sentir a dor de imaginar a perda de um filho — uma dor que nenhuma teologia explica por completo, mas que toda teologia nos convida a acolher com compaixão.

Ainda estávamos tentando respirar depois da tragédia que envolveu Thales, Sara, Miguel e Benício quando, no Carnaval, fomos surpreendidos. A Acadêmicos de Niterói levou para a avenida uma ala inteira fantasiada como “família em conserva” — uma sátira política, uma crítica social, um deboche visualmente marcante. As fantasias imitavam latas de conserva, com rótulos que ironizavam a ideia de “família tradicional”, misturando humor, política e provocação. A repercussão foi imediata.



Para alguns, era arte crítica; para outros, tocou em um ponto sensível, pois a família é o primeiro lugar onde aprendemos a existir. A imagem da “família enlatada” nos lembra da vulnerabilidade diante de críticas rasas e da facilidade de transformar em piada aquilo que é fundamento de vida. Mas não podemos permitir que o escárnio defina o valor daquilo que Deus estabeleceu.

Todo ser humano vem de uma família, estruturada ou frágil, perfeita ou imperfeita. Todas carregam histórias, traumas e tentativas de recomeço. Por isso, a família não deveria ser tratada como chacota, pois rir da família é rir das próprias cicatrizes.

A fé nos lembra que um coração inclinado a Deus não se molda pelo escárnio, mas pela graça. A família humana é imperfeita, mas é o lugar onde Deus insiste em trabalhar, acreditando na beleza, cura e reconstrução possíveis.

A crítica à “família conservada” pretendia ridicularizar valores tradicionais, mas levantou a questão do que realmente se preserva. O que tem estrutura e fundamentos não se desfaz com o vento das opiniões. A zombaria do mundo não define o valor daquilo que Deus estabeleceu.

A família virou alvo porque se tornou símbolo dentro de uma disputa cultural. Quando algo se torna símbolo, passa a ser tratado como bandeira, caricatura, rótulo. Mas a família é mais profunda do que qualquer rótulo político.

A crítica à família cristã não é apenas sobre incoerência, mas sobre resistência a uma cultura que relativiza tudo. Convicções firmes incomodam, mas resistência não é ataque, é convicção.

A incoerência é parte da condição humana, não exclusiva de cristãos. Usar a falha de alguns para ridicularizar a fé de muitos é injustiça. A resposta cristã mais poderosa não é reagir, mas viver com coerência e integridade.

Respeito não pode ser uma via de mão única. Se a sociedade condena o deboche contra certos grupos, deve condenar também o deboche contra a fé cristã ou a família tradicional. Intolerância não deixa de ser intolerância porque vem disfarçada de sátira.

Diante de tudo isso, não podemos permanecer apenas como espectadores ou juízes apressados. Essa tragédia nos convoca a olhar para além das manchetes e das redes sociais, a enxergar a dimensão humana da dor, da perda e da responsabilidade. Precisamos abandonar o silêncio, a indiferença e o julgamento superficial.

É hora de agir: fortalecer laços familiares, promover o diálogo, buscar apoio emocional e espiritual, denunciar a violência, acolher quem sofre e proteger nossas crianças. Que cada um de nós se comprometa a ser parte da cura, da reconstrução e da esperança. Porque quando crianças morrem pelas mãos de quem deveria protegê-las, o silêncio nunca pode ser uma opção.

UM GOLPE DE MASTER



No início, tudo parecia técnica econômica. Medidas apresentadas como modernas, quase visionárias, prometiam dinamizar o crédito, estimular o empreendedorismo e romper com um passado considerado lento demais para os novos tempos. O discurso era elegante, envolto em termos como “liquidez”, “confiança” e “necessidade histórica”.

Mas, nos bastidores, algo não fechava.

Empresários com acesso privilegiado passaram a prosperar em ritmo acelerado, enquanto companhias recém-criadas surgiam e desapareciam com a mesma rapidez. Papéis financeiros circulavam em volumes crescentes, muitas vezes desvinculados de qualquer lastro produtivo real. A impressão era de que o sistema havia sido desenhado para girar, não para sustentar.

No centro desse arranjo, um personagem chamava atenção. Não exatamente um banqueiro tradicional, tampouco um político eleito. Era alguém com trânsito livre entre gabinetes, salões aristocráticos e escritórios financeiros. Um homem cuja fortuna cresceu na mesma proporção em que o crédito se tornava abundante. Para alguns, um visionário. Para outros, um operador.

Enquanto isso, a autoridade responsável pela política monetária insistia que tudo estava sob controle. O argumento era sempre o mesmo: o país precisava ousar. Eventuais excessos seriam corrigidos pelo próprio mercado. A expansão não era um erro — era uma aposta calculada.

O Judiciário, por sua vez, surgia como uma instância distante do cidadão comum, mas perigosamente próxima dos protagonistas do processo. Decisões rápidas, interpretações elásticas da lei e uma notável disposição para aceitar garantias frágeis davam segurança jurídica a operações que, fora

daquele círculo, pareceriam temerárias. Não se tratava de ilegalidade explícita. Era algo mais sutil: legalidade sob medida.

À medida que os meses avançavam, os sinais de colapso tornaram-se visíveis. Empresas quebravam em cascata. Pequenos investidores perdiam economias. O crédito, antes abundante, evaporava. O mesmo Estado que incentivara a expansão agora tentava conter o pânico.

Veio então a pergunta inevitável: teria sido apenas incompetência técnica? Ou o sistema fora concebido desde o início para beneficiar poucos, deixando o prejuízo para muitos?

Os defensores da política adotada insistiam nas boas intenções. Alegavam desconhecimento dos mecanismos financeiros mais complexos. Diziam que o responsável máximo pela condução econômica era um jurista brilhante, mas um economista improvisado. Um idealista cercado por interesses que não soube controlar.

Os críticos, porém, apontavam outra possibilidade. Argumentavam que ninguém em posição tão elevada poderia ignorar completamente os efeitos previsíveis de uma expansão monetária descontrolada. Que os alertas existiram. Que os beneficiários eram claros demais para que tudo fosse atribuído ao acaso.

O empresário central do escândalo — protegido por relações políticas, respaldado por decisões judiciais favoráveis e sustentado por um sistema financeiro moldado às suas necessidades — jamais foi tratado como um aventureiro comum. Sua posição social, seus títulos e sua proximidade com o poder lhe garantiram um tratamento diferenciado. Quando o sistema ruiu, ele já havia se protegido.

Bem, caro leitor, antes que se imagine estar diante de um episódio recente, envolvendo autoridades contemporâneas, empresários do sistema financeiro atual ou decisões judiciais dos nossos dias, é preciso esclarecer com todas as letras: o que descrevemos até aqui foi a Crise do Encilhamento, ocorrida nos primeiros anos da República brasileira, entre 1889 e 1891.

O cenário se abre logo após a Proclamação da República. O país buscava romper com estruturas imperiais e acelerar sua modernização econômica. À frente do Ministério da Fazenda estava Ruy Barbosa, jurista de prestígio, intelectual respeitado e figura central do novo regime. Inspirado por modelos liberais e pelo desejo de fomentar a industrialização, Ruy promoveu uma profunda mudança no sistema financeiro.

Entre 1890 e 1891, foram autorizadas reformas que facilitaram a criação de bancos emissores, ampliaram drasticamente a oferta de crédito e permitiram a emissão de papel-moeda sem lastro suficiente em ouro ou em produção real. A lógica era simples: crédito abundante estimularia o crescimento. Na prática, criou-se o ambiente ideal para a especulação.

Empresas surgiam aos milhares, muitas delas sem qualquer atividade concreta. A Bolsa do Rio de Janeiro tornou-se palco de operações frenéticas, impulsionadas por informações privilegiadas, relações pessoais e acesso diferenciado ao crédito. O termo “encilhamento”, tomado das corridas de cavalo, passou

a designar esse momento de aposta generalizada, em que o objetivo não era produzir, mas chegar primeiro.

No centro desse sistema estava Sebastião Lopes da Costa Pinho, o Conde Sebastião de Pinho — grande empresário, banqueiro e uma das figuras mais influentes do período. Atuando nos setores financeiro, ferroviário e comercial, o Conde foi um dos principais beneficiários da expansão monetária. Seus bancos e empresas obtinham crédito com facilidade, enquanto sua posição social lhe garantia trânsito direto entre ministros, parlamentares e magistrados.

Quando a bolha começou a estourar, em 1891, o impacto foi devastador. Empresas quebraram, o valor da moeda despencou, a confiança no sistema financeiro evaporou. Pequenos investidores perderam tudo. O Estado, que havia estimulado a expansão, mostrou-se incapaz de conter o colapso.

Foi nesse contexto que surgiram denúncias formais. O Conde Sebastião de Pinho acabou indiciado por fraudes financeiras, acusado de se beneficiar de emissões irregulares e operações especulativas. Outros empresários e banqueiros também foram implicados. O Judiciário — então representado pelo Supremo Tribunal Federal recém-criado — teve papel central no desfecho pois, após a prisão do Conde Sebastião e alguns pedidos de habeas corpus negados, os dois pedidos impetrados junto ao Supremo Tribunal Federal foram aceitos, libertando o banqueiro.

As decisões judiciais, porém, foram marcadas por absolvições, prescrições e interpretações benevolentes da legislação. Apesar do clamor público, ninguém de fato pagou pelo desastre. O STF da Primeira República consolidava, já naquele momento, uma posição de árbitro distante da sociedade e indulgente com os estratos superiores do poder econômico.

Passado o vendaval, o país entrou em um lento processo de recomposição. Empresas desapareceram, poupanças foram corroídas e a confiança pública levou anos para se recompor. A economia brasileira saiu do episódio mais cautelosa, mais desigual e mais dependente de mecanismos de controle que só surgiriam plenamente nas décadas seguintes. O custo social foi difuso, prolongado e silencioso: menos crédito, menos investimento, menos mobilidade para quem não possuía reservas ou influência.

Os protagonistas, contudo, seguiram trajetórias menos dramáticas do que o colapso sugeriria. Patrimônios foram reduzidos, não extintos; nomes foram questionados, não apagados. O prestígio intelectual e político de Ruy Barbosa atravessou a tempestade e se consolidou como referência jurídica e republicana. Grandes operadores econômicos, entre eles o Conde Sebastião, sofreram abalos reais, mas preservaram redes, posição social e capacidade de recomposição — ativos invisíveis que, em momentos de crise, valem mais que o caixa.

O saldo histórico é desconfortável: a turbulência redistribuiu perdas com muito mais eficiência do que redistribuiu responsabilidades. Enquanto a sociedade absorvia os efeitos prolongados da contração e da desorganização monetária, as estruturas de influência que moldam decisões — políticas e

econômicas — permaneceram, em grande medida, intactas. Crises passam; hierarquias, não necessariamente.

Assim, o episódio que começou como euforia e terminou como advertência deixa um padrão recorrente na vida pública brasileira: choques que parecem nivelar o jogo, mas que, ao final, apenas reorganizam o tabuleiro. Os danos são amplos; a influência, resiliente. E a história, quando revisitada sem indulgência, revela menos uma ruptura do que a persistência de um mesmo arranjo de poder sob novos nomes e novas circunstâncias.

O Encilhamento não foi apenas uma crise econômica. Foi um ensaio inaugural de uma engrenagem que se repetiria ao longo da história brasileira: políticas públicas desenhadas sob o discurso do progresso, empresários estrategicamente posicionados, instituições jurídicas conferindo estabilidade formal e, ao final, a conta distribuída à sociedade.

Entender esse episódio não é apenas revisitar o passado. É reconhecer que certas estruturas sobrevivem às décadas, trocam de nomes, atualizam instrumentos, mas preservam a lógica essencial: quando poder econômico, decisão política e tutela judicial caminham sem controle efetivo, o risco deixa de ser sistêmico — torna-se recorrente.

E assim, a máquina do Estado brasileiro, com suas engrenagens financeiras, segue funcionando, oculta sob capas, marcando o passar do tempo e a repetição dos erros.

"Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para, não para, não para!"

Um mundo novo e melhor chegará, se...



Nessa nova apresentação, pretendo através de uma clara reflexão fazer brotar de dentro de nós algumas respostas, e elas virão de acordo com o nível de consciência de cada leitor.

Não restam dúvidas que existe um clamor por um mundo mais justo, bom, belo e verdadeiro, se possível, que venha a nós o reino de Deus.

Com tudo o que nos parece claro é que as mesmas pessoas que clamam por um mundo melhor não sabem por onde começar. O ideal é que ao observamos a história devamos não apenas nos determos a nomes, lugares, épocas é tão somente fatos, pois isso nos tornaria especialistas em repetir o que aconteceu com um bom grau de conhecimento externo, mas que refletíssemos sobre o temas e perguntássemos: por que estas coisas aconteceram?

E por que tantas vezes?

Por que estes personagens e não outros?

Em alguns casos a semelhança é tão evidente que parece haver um padrão nos acontecimentos da história.

Outra reflexão importante é: Parece que mesmo alguns povos com ideias tão elevadas foram derrotados, com tudo suas ideias, não.

Esses valores, virtudes ideais tão elevados parecem saltar de um tempo a outro até encontrar outros povos onde posso renascer.

Fica claro então o seguinte: Mais que pessoas fortes, corajosas e cheias de poder para realizar algo, suas ideias devem ser seu estandarte.

Se nós apoiarmos em algo imortal, assim seremos.

Lembro-me de quando da morte de Jesus, seus discípulos quiseram desistir da portaria suas ideias, mas com a ressurreição, tiveram um novo ânimo.

Devemos considerar que o importante aqui não foi a ressurreição da pessoa de Jesus, mas com ele seu ideal de salvação, pois podemos imaginar se Jesus ressuscitado viria a desmentir todos o que apresentara antes?

Claro que nosso mestre não faria isso, mas mesmo ele poderia fazer morrer nossa chance de vida eterna.

Bom, o objetivo do texto não é religioso, mas filosófico.

É mostrar que, se queremos algo elevado, assim deveria ser, pois semelhante atrai semelhante.

E não só Jesus, mas todos os que se puseram a promover um mundo melhor focaram primeiro em elevar as pessoas, e depois seu contexto.

Em uma analogia bem simplória, mas muito eficiente, como colocar pessoas que nunca foram bem educadas a habitar uma cidade com todos os requisitos para uma sociedade melhor.

Não demoraria muito tempo para que a cidade fosse completamente destruída e levada ao nível de seus habitantes.

Existem duas propostas conhecidas, uma revolucionária, que visa acabar com tudo o que foi construído socialmente e começa-se então, do zero.

E outra revolucionária, que visa aprimorar o que já existe, ficando no que há de bom em cada uma delas.

A proposta evolucionária é natural e infalível,mas há que ter paciência,pois é também muito sensível e dependendo do descuido, põe-se tudo a perder.

Como numa gestação.

Numa gestação, temos a ideia, que está viva de rir de nós.

A partir disso, todas as atenções devem priorizar esta vida.

Quem já participou de uma gestação sabe o quanto custa em todos os sentidos, o quanto temos que abrir mão de algo que para nós é importante, mas não seria saudável ao ideal.

Sabe os que numa gestão se quisermos adiantar o processo, o risco de perdermos o ideal é altíssimo e caso se materialize como num nascimento, é alto também o risco de nascer defeituoso.

Aproveito para recomendar a leitura de uma obra:

“O IDEAL SECRETO DOS TEMPLÁRIOS”

Nesta obra, sua autora, Delia Steinberg Guzmán, nos mostra de maneira clara qual foi o motivo de tanto sucesso nessa irmandade tão famosa, e que deixou um rastro civilizatório para todos o que vieram depois.

A obra trata do movimento ocidental para uma nova civilização, mas há também obras que tratam de movimentos orientais, estas com um cunho mais interno como o Bhagavad Gita.

Não podemos nos comportar como certos herdeiros que recebendo uma herança suntuosa, sem estar preparado, coloca toda a herança a perder.

Em resumo, não podemos nos apoiar no materialismo se quisermos um mundo onde os ideais divinos governem.

Em algum nível, temos a oportunidade de fazer valer nosso “pequeno Éden”

E faremos se não dermos ouvidos à serpente dos ideais obscuros e não contamos do fruto do materialismo, pois a árvore da vida está nos mais altos valores humanos.

Talvez nossa luta dure por séculos! O que nos cabe é formar novos militantes que façam perdurar a força que temos empregado para fazer dar à luz, esse novo mundo.

Isso faremos educando a todos que pudermos com os valores que as forças obscuras da sociedade tentam destruir: Deus , Pátria, Família e Liberdade.

Também com eles as virtudes que os sustentam.

Se o nosso ideal de vida nos convocar, estaremos prontos?

Se vamos participar da batalha, quem seremos nós nela?

O que escreverão sobre nossa conduta?

Há quantos meses estamos de seu nascimento? Não sei, mas com certeza estamos gestando e o que podemos fazer é ficar na gestação desse ideal de um mundo novo e melhor, um dia alguém verá o fruto do nosso trabalho; O nascimento de um mundo melhor.

Que Deus abençoe nossa jornada!

Saúde Mental no Trabalho e a NR-1

De custo obrigatório a vantagem estratégica

A implementação da Norma Regulamentadora número 1 (NR-1), que torna obrigatória a gestão de riscos psicossociais e saúde mental no ambiente de trabalho a partir de 2026, não deve ser vista pelas empresas como mais uma burocracia governamental. Pelo contrário, representa uma oportunidade crucial de transformação cultural e financeira. Dados atualizados da Organização Mundial da Saúde para 2024 indicam que ansiedade e depressão custam à economia mundial cerca de 2,5 trilhões de dólares anualmente. No Brasil, apenas em 2024, os afastamentos por transtornos mentais aumentaram 42%, afetando mais de 300 mil pessoas.

Esses números não são apenas estatísticas de recursos humanos; são indicadores de falência operacional e financeira. Historicamente, o investimento em saúde mental foi tratado como despesa ou benefício secundário. No entanto, estudos recentes, como os da Deloitte, demonstram que programas bem estruturados podem gerar um retorno de 7 dólares para cada 1 dólar investido. A saúde mental deixou de ser um assunto exclusivo do RH para se tornar um pilar de segurança do trabalho, com o mesmo peso de riscos elétricos ou químicos, e um componente central da agenda ESG (Environmental, Social, and Governance).

Para convencer céticos sobre a importância desse investimento, é necessário entender a biologia por trás do desempenho. Segundo o Dr. Milton T. Morter, criador da Técnica de Sincronização Bioenergética, muitas lesões ocupacionais não são causadas pelas tarefas em si, mas pelo estado emocional e físico que o funcionário traz para o trabalho. O modelo tradicional de saúde ocupacional falha ao tratar o funcionário como um agente passivo ("a empresa paga, o médico manda, eu obedeço").

A realidade fisiológica é que tensões emocionais não resolvidas, como discussões domésticas, colocam o corpo em um estado de "defesa fisiológica". O sinal visível disso é a respiração curta e alta, feita com os ombros erguidos, em vez da respiração abdominal profunda. Enquanto estiver nesse estado de alerta ou emergência, o indivíduo não consegue ser performático. O corpo está focado em sobreviver, não em criar ou executar com excelência.

Isso tem implicações diretas na segurança e nos custos. Um funcionário em defesa fisiológica tem músculos "crispados" e tensos. Tarefas rotineiras, como pegar um objeto no chão, podem resultar em lesões graves não pelo peso, mas pela rigidez muscular causada pelo estresse. Portanto, ensinar os colaboradores a sair desse estado de defesa através da respiração abdominal e da autorregulação não é apenas bem-estar; é prevenção de acidentes e redução de afastamentos.

O detalhe curioso é que o Dr. Morter já defendia a necessidade de se olhar para a saúde mental nas empresas ainda na década de 70. A NR-1 aqui no Brasil é quase como o corolário do que ele apregoava há cerca de 50 anos.

O cenário legal brasileiro mudou drasticamente. A Lei 14.831 de 2024 criou o certificado "Empresa Promotora da Saúde Mental", e a Portaria 1999 de 2023 atualizou a lista de doenças relacionadas ao trabalho, incluindo burnout e transtornos por estresse, garantindo estabilidade de um ano após o retorno. A NR-1 obriga agora a inclusão de riscos psicossociais nos relatórios de gerenciamento de risco.

Isso significa que a prevenção tornou-se obrigatória. Ignorar fatores de risco como liderança autoritária, sobrecarga mental e comunicação deficiente expõe a empresa a passivos trabalhistas significativos. No entanto, a responsabilidade é compartilhada, fato também defendido pelo Dr. Morter, que ao desenvolver a Técnica de Sincronização Bioenergética já falava em cura ativa. Enquanto o empregador deve criar um ambiente seguro e educar sobre autogestão fisiológica, o indivíduo deve assumir a responsabilidade pela própria saúde, entendendo que seu corpo tem capacidade de autorreparação se as interferências emocionais forem removidas. O papel do empregador evolui de "pagador de contas médicas" para "facilitador de mudança cultural", incentivando o empoderamento do funcionário. Resumindo: CNPJ e CPF têm uma corresponsabilidade pela saúde mental no ambiente laboral.

Entretanto, um dos maiores equívocos sobre saúde mental no trabalho é achar que humanização significa colocar pufes coloridos na recepção ou oferecer ginástica laboral esporádica. Isso é cosmético. A verdadeira humanização é um sistema de gestão de engenharia humana. O burnout moderno nasce do cansaço de atuar. A partir dos anos 2000, as empresas passaram a exigir não apenas competência técnica, mas comportamental, muitas vezes obrigando o indivíduo a vestir uma "Persona" incompatível com sua personalidade natural.

Já parou pra se perguntar por que nossos avós, que muitas vezes trabalhavam 14 horas por dia em condições insalubres, na roça ou em fábricas pesadas, raramente sofriam de Burnout? E por que nós, cercados de tecnologia e conforto, estamos colapsando em níveis epidêmicos?

Vamos lembrar que antigamente, cobrava-se apenas a competência técnica. O indivíduo podia ser quem ele era, (ranzinza, quieto, sério), desde que entregasse o trabalho técnico. Não havia a pressão psicológica para "performar" um comportamento artificial, o que preservava a saúde mental,

A resposta pra raridade de burnout em nossos avós não está na "fraqueza" da geração atual, nem apenas na quantidade de trabalho. A resposta está em uma violência invisível que o mercado de trabalho

moderno normalizou: a exigência de que você deixe de ser quem você é para se tornar quem a empresa quer que você finja ser. E isso fatalmente leva ao adoecimento.

A fórmula do adoecimento é simples: a distância entre a Persona que você cria para sobreviver no trabalho e sua Personalidade real é exatamente o tamanho do seu transtorno de ansiedade. Por exemplo, exigir que um Gerente de Segurança, cujo perfil biológico ideal é analítico e focado em regras, atue como um "marqueteiro entusiasta" é uma agressão à natureza humana. O profissional gastará 80% de sua energia fingindo ser quem não é, restando pouco para a função real.

A solução está no alinhamento. Assim como na Técnica de Sincronização Bioenergética do Dr. Morter a solução está no alinhamento (ou balanceamento) energético do corpo. Nas empresas, cargos devem ter descrições claras de perfil de personalidade. Contratar alguém cuja natureza conflita com a função é como ligar um aparelho 110v em uma tomada 220v: ele queima. Humanizar é colocar a pessoa certa no lugar certo, onde o trabalho gera energia em vez de drená-la. Quando há alinhamento entre propósito, personalidade e função, a produtividade aumenta organicamente. Uma boa sugestão é que as áreas de Recrutamento e Seleção apliquem a técnica de Análise Corporal, a fim de certificarem-se de que a pessoa certa está na função certa.

A resistência financeira à implementação da NR-1 e programas de saúde mental cai por terra quando analisamos casos concretos. Empresas que têm levado a implementação da mãe de todas as NRs a sério, registram reduções significativas no custo por pessoa do plano de saúde e algumas até zeram os custos com internações psiquiátricas após implementar programas sérios de mapeamento e cuidado. Isso ocorre porque a saúde mental afeta tudo: coração, sistema digestivo e imunidade. Pacientes com transtornos mentais podem custar até três vezes mais em despesas gerais de saúde.

Além disso, a retenção de talentos é impactada diretamente. Estudos indicam que colaboradores que utilizam plataformas de saúde mental permanecem, em média, 30% mais tempo na empresa. Isso reduz drasticamente os custos de turnover (demissão, seleção e treinamento). Investir em saúde mental é, portanto, uma estratégia de proteção de ativos humanos e financeiros.

A agenda ESG também pressiona por essa mudança. Investidores estão de olho em critérios sociais. Pesquisas mostram, por exemplo, que mulheres em setores como construção civil têm 67% mais chances de desenvolver burnout devido a microagressões diárias. Portanto, ignorar a diversidade e a saúde mental é tratar o sintoma e não a causa, o que representa um risco reputacional e financeiro para a organização.

Mudar a cultura para absorver a NR-1 e a saúde mental não é um evento de fim de semana; é um processo biológico. Empresas são organismos vivos com "personalidade". Para transformar uma cultura

tóxica em humanizada, é necessário aplicar o conceito de neuroplasticidade. Hábitos tóxicos são como estradas asfaltadas no cérebro organizacional; novos comportamentos são trilhas na mata virgem.

É necessário repetir as novas práticas diariamente por 6 meses a 1 ano para consolidar novas conexões neurais. No início, ser humanizado exige esforço consciente. Mas, com a repetição sistemática, a empresa "aprende" a ser saudável. Contudo, existe uma hierarquia de maturidade. Tentar humanizar uma empresa imatura, que não tem processos básicos ou está em caos financeiro, é inútil. O cérebro organizacional em modo de sobrevivência não aprende. Primeiro, é preciso profissionalizar a gestão (ou seja, arrumar a casa), garantir a sobrevivência financeira, e então a humanização virá para multiplicar resultados.

Um aspecto controverso, mas vital, é a gestão de inadequação. Manter um funcionário em um cargo que violenta sua natureza por "dó" ou pena não é bondade; é crueldade. É como deixar alguém usar um sapato dois números menor até deformar o pé. A Demissão Humanizada reconhece que, às vezes, a incompatibilidade é irreversível.

Este processo não é abrupto. Envolve transparência, diagnóstico compartilhado e respeito. O gestor aponta que a função está custando muito esforço ao colaborador. Se após orientação e tempo o sofrimento persiste, o desligamento é apresentado não como fracasso, mas como incompatibilidade. Isso retira o peso da incompetência pessoal e liberta o profissional para encontrar um ambiente onde sua personalidade seja um ativo. Paradoxalmente, demitir com respeito pode ser o maior ato de amor corporativo, interrompendo um ciclo de adoecimento.

Existe uma lenda urbana nos negócios de que "ou você ganha dinheiro, ou você é bonzinho". Essa mentalidade está obsoleta. O "Divórcio do Lucro" acabou. A humanização do ambiente laboral é a estratégia de sobrevivência mais inteligente para o século 21. Uma equipe eficiente, como um pit stop, opera com clareza, processos definidos e sem caos. Isso é humanização máxima.

O mercado mudou. Os melhores talentos escolhem empresas pelo ambiente, não apenas pelo salário. Marcas que destroem pessoas são canceladas. A venda precisa ser ética e a gestão precisa ser sustentável. Implementar a NR-1 e cuidar da saúde mental não é sobre ser "bonzinho", é sobre eficiência, mitigação de riscos e lucratividade a longo prazo.

Para as empresas que buscam implementar a NR-1, o alerta é escolher bem o implementador. O modelo ideal combina experiência corporativa em RH e Segurança do Trabalho com vivência clínica em saúde mental e técnicas como a de Sincronização Bioenergética. O objetivo é transformar a empresa de um campo de batalha, onde se sobrevive usando máscaras, em um ecossistema onde a gestão se adapta às pessoas, permitindo que a competência flua sem teatro. Onde há energia real e alinhamento, não há burnout. E é dessa energia que se faz o lucro sustentável.

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoeccidania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



